

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2024, EM FORMATO HÍBRIDO, DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) NA
MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA ATIVAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA USINA DO
GASÔMETRO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

1. DATA, HORA E LOCAL

Realizada no dia 21 de março de 2024, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255 – Centro Histórico, Porto Alegre/RS, e por meio de videoconferência, na plataforma zoom.

2. ORDEM DO DIA

- a) Abertura e considerações iniciais;
- b) Apresentação da modelagem do Projeto de concessão para implantação, modernização e gestão de pontos comerciais de rua na cidade de São Paulo;
- c) Perguntas e respostas, bem como comentários gerais dos participantes; e
- d) Encerramento.

3. PARTICIPANTES

3.1. DE FORMA PRESENCIAL

- a) André Flores, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- b) Henry Ventura, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa;
- c) Ana Maria Pellini, Secretária Municipal de Parcerias;
- d) Jorge Murgas, Secretário Municipal Adjunto de Parcerias;
- e) Rozane Dal Sasso, presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre;
- f) Demais participantes, identificados em lista de presença disponibilizada no Anexo I desta ata.

3.2. DE FORMA VIRTUAL

- a) Vereador Jonas Reis (PT);
- b) Vereador Aldacir Oliboni (PT);
- c) Felisberto Seabra Luisi, conselheiro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

4. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

4.1. Abertura e considerações iniciais

A audiência pública para a apresentação da modelagem do Projeto de parceria público-privada (PPP) na modalidade concessão administrativa para ativação, operação e manutenção da Usina do Gasômetro no município de Porto Alegre se iniciou com a fala do Secretário de Obras e Infraestrutura, André Flores, cujo principal enfoque se deu sobre a obra de revitalização da Usina do Gasômetro atualmente em curso. Destacou que, dentre as atividades desempenhadas, a Secretaria de Obras e Infraestrutura (SMOI) está instalando a rede lógica, bem como a infraestrutura necessária para a estreia do Teatro Elis Regina.

Em seguida, a fala foi passada ao Secretário de Cultura e Economia Criativa, Henry Ventura, que cumprimentou a todos, em especial àqueles relacionados ao fazer cultural e trabalhadores da cultura, e apresentou um panorama histórico da Usina do Gasômetro. Henry ressaltou que a Usina é o equipamento mais lembrado pelo porto alegreense, seja pela sua arquitetura icônica e histórica, construída em 1926 e inaugurada em 1928 – mesmo ano em que também foi inaugurada a Cinemateca Capitólio –, década pujante em que Porto Alegre tinha sua industrialização ocorrendo a pleno. Henry salientou que, hoje, Porto Alegre não é mais uma cidade industrial; mas é muito forte pela prestação de serviços e varejo.

O Secretário indicou que, passado esse período, em 1988 se iniciou o processo de transformação da Usina num espaço cultural, por meio de obras voltadas à adaptação do seu novo uso durante cerca de quatro anos – período muito similar ao tempo de construção da própria Usina e o tempo para a sua atual revitalização. Henry evidenciou que a obra em curso prezou pela preservação do patrimônio e pela promoção da acessibilidade a todos.

O Secretário também apontou para a existência de uma série de salas administrativas na configuração da Usina previamente ao seu fechamento para obras, salas estas que não eram efetivamente usadas pelo público cultural, mas eram exigidas para a gestão do equipamento. Henry declarou que, desde o início da obra estrutural e elétrica, projetou-se a entrega de um equipamento no qual a atenção primeira seja a utilização para exposições, programas e atividades culturais e artísticas, dada sua vocação eminentemente cultural, afastando-se o uso de espaços para fins meramente administrativos.

Henry ressaltou que o caráter público está gravado no Gasômetro, de modo que há uma expectativa por parte da população e pela Administração de que vida seja dada ao equipamento, sobre o que a Secretaria de Cultura (SMSEC) já está trabalhando. O Secretário destacou diversas atividades culturais, como a Noite dos Museus e a Bienal do Mercosul, bem como eventos voltados à Economia Criativa, como o Expo Favela.

O Secretário apontou, ainda, para o fato de que a Usina a ser entregue será muito diferente daquela conhecida pelos porto-alegrenses e que, inclusive, será pela primeira vez inaugurado o Teatro Elis Regina, utilizado em toda a sua história tão somente pela Orquestra Sinfônica e a Banda Municipal. Na atual configuração, Henry declara que a obra será entregue com instalações e condições adequadas para a sua utilização.

Henry encerrou sua fala indicando que a Secretaria de Cultura está sempre muito aberta ao diálogo e à escuta constantes, por meio dos seus diversos canais, para pensar não só na Usina, mas também em todos os demais equipamentos culturais do Município. O Secretário indicou que, assim como o Teatro Tulio Piva, o Gasômetro não passará mais por “puxadinhos”, ajustes e adaptações como já feitas na sua história, e que a obra entregue permitirá o seu pleno e efetivo funcionamento cultural, ao encontro de várias outras possibilidades de manifestações e linguagens artísticas. Para Henry, a entrega da obra da Usina conclui o eixo de revitalização e ativação de todo a Orla do Guaíba.

Após a fala do Secretário de Cultura, foi transmitido o vídeo institucional do projeto de parceria.

Em seguida, a Secretária Ana Pellini, da Secretaria Municipal de Parcerias (“SMP”), cumprimentou os presentes e introduziu o Projeto. Destacou que existirá um espaço adaptado para o centro cultural, que possibilitará a melhor utilização do Teatro Elis Regina, das salas de cinema e de dança com enfoque no uso da população. Pontuou que com a finalização da obra,

surtem as dificuldades de manutenção do espaço nas perfeitas condições. Nesse sentido, a proposta é de uma nova forma de administração que busca a ajuda da iniciativa privada para zeladoria, manutenção e conservação do espaço. A Secretária evidenciou que se trata também de uma forma de democratizar o espaço, destacando que a gestão compartilhada engloba a visão pública e a privada.

4.2. *Apresentação da modelagem do Projeto de parceria público-privada (PPP) na modalidade concessão administrativa para ativação, operação e manutenção da Usina do Gasômetro no município de Porto Alegre*

Feitas as considerações iniciais, a presidente da Audiência Pública e Secretária Municipal de Parcerias, Ana Maria Pellini, iniciou a apresentação do projeto, endossando o que já foi dito sobre a importância do Gasômetro e sua potencialidade em se tornar o maior e melhor centro cultural da América Latina. Prosseguiu com uma linha do tempo, destacando o tempo em que o equipamento cultural permaneceu fechado e o início das obras de revitalização em 2019.

Após a contextualização, apresentou o projeto de parceria, evidenciando a valorização da vocação turística, cultural, tecnológica e gastronômica do espaço, bem como os benefícios para a Cidade de Porto Alegre, destacando o Teatro Elis Regina. Logo depois, apresentou os números do Projeto, salientando o investimento total de 13,4 milhões, dos quais 8 milhões serão fornecidos pelo Município e 5 milhões pelo privado, e o custo operacional estimado de 4,9 milhões por ano para manutenção, considerando, dentre outras, a limpeza, a zeladoria e a segurança. Em seguida, apontou o prazo do contrato de vinte anos e o critério de julgamento, aquele que apresentar o menor valor a ser pago pelo Município.

Em seguida, apresentou os usos da Usina. Exibiu os espaços culturais, que pontuou que serão o destaque, os espaços comerciais e os espaços de permanência. Sobre os espaços de permanência, destacou as características arquitetônicas do terraço pôr-do-sol, salientando que representa uma área de livre acesso para a população, sendo vedado à concessionária a cobrança de ingresso. Sobre os espaços comerciais, evidenciou o café e a área gastronômica, salientando seu enorme potencial por sua localização e beleza. Evidenciou a exigência de uma sala de cinema e a obrigação do parceiro privado em mobiliar as salas de atividades, onde poderão ser ministrados cursos de dança, pintura, entre outros, além do *coworking* com um espaço agradável e uma vista privilegiada.

Prosseguindo com a apresentação, destacou a grande preocupação em reservar datas fixas para o Município, em que ocorrerão espetáculos, atrações, nos quais não serão cobrados ingressos. Destacou que em quase todos os meses do ano estão previstas atividades públicas de cultura na Usina do Gasômetro. Nesse ponto, destacou o aniversário de Porto Alegre, os vários festivais de cinema, a Noite dos Museus, o Porto Alegre em Cena, a Bienal do Mercosul, o Festival de inverno e o Natal.

Nesse sentido, explicou que o papel do parceiro privado envolve a operação da Usina do Gasômetro, garantindo o bom funcionamento, a limpeza, a manutenção, a segurança e a preservação do local. Além disso, destacou a realização de eventos e atividades culturais por parte do parceiro privado, que fora das datas reservadas pelo Poder Público, poderá também oferecer atividades socioculturais, educativas, recreativas e de economia criativa. Evidenciou as obrigações do parceiro privado em instalar a rede lógica e o sistema de monitoramento, mobiliar

os ambientes, adaptar as estruturas internas e acabamentos, instalar os dutos de climatização no Teatro Elis Regina e equipamentos do cinema.

Em seguida, apresentou as etapas do projeto, que envolvem a ordem de início, entrega do plano de implantação, entrega do projeto básico até a entrega do projeto executivo e da documentação de licenciamento. Evidenciou que por ser uma parceria é necessária a aprovação do Poder Público nas intervenções. Destacou que o prazo para a finalização das obras do parceiro privado é de 24 (vinte e quatro) meses; contudo, nesse período, ressaltou que haverá a utilização para realização de atividades, como a Noite dos Museus.

Explicou que o parceiro privado poderá obter receitas, além da contraprestação paga pelo Município, por meio da realização de eventos, exposições e cursos com custos nas datas que não estão reservadas para o Município, desde que estejam vinculadas aos conceitos de atividades previamente definidas. Sobre a publicidade, evidenciou que a exploração publicitária em ambientes externos não é permitida, uma vez que a Usina do Gasômetro é tombada.

Sobre as proibições à concessionária, destacou, dentre outras, a vedação de cobrança para permissão de ingresso na Usina do Gasômetro, destacando que a entrada, acesso ao terraço, ingresso à exposição permanente do Memorial da Usina e utilização dos banheiros não poderá ser cobrada pelo parceiro privado.

A Secretária Ana salientou que o parceiro privado terá seu desempenho avaliado, mediante critérios estabelecidos, avaliados em pesquisa de satisfação, que ele precisará elaborar trimestralmente, e avaliação de um verificador independente.

Por fim, elencou os próximos passos, que envolvem a realização desta Audiência Pública, a coleta de todas as sugestões para análise do que poderá ser incorporado, envio do projeto ao Tribunal de Contas e o lançamento do edital.

4.3. Sessão de perguntas e respostas

Finalizada a fala da Secretária Ana Pellini, iniciou-se a sessão de perguntas e respostas. Dos questionamentos e manifestações levantados, pode-se destacar o seguinte:

Rozane Dal Sasso (Conselho Municipal de Cultura) iniciou destacando a importância de um amplo debate sobre a concessão da Usina do Gasômetro. O motivo dessa necessidade foi explicado, especialmente devido ao valor simbólico da Usina para Porto Alegre e para o Estado do Rio Grande do Sul. Salientou que, como alguém que é originária do interior do Estado e residente em Porto Alegre há mais de vinte anos, reconhece a importância cultural desse espaço. Além disso, ponderou que observou uma queda no orçamento destinado à cultura ao longo dos anos, principalmente nas últimas gestões. Expressou uma posição contrária à privatização de serviços públicos, destacando que é responsabilidade do governo cuidar dos espaços públicos, da saúde, da educação, da cultura e da assistência social. Mencionou a experiência do Túlio Piva para ressaltar a importância de garantir a inclusão de teatro e dança no edital de concessão da Usina do Gasômetro, além das atividades musicais já previstas. Também questionou o período de três meses sem atividades públicas durante as datas reservadas para o Município, conforme mencionado pela Secretária. Por fim, agradeceu a oportunidade de se expressar e desculpou-se pelo tempo excedido.

O Vereador Aldacir Oliboni (PT) destacou a necessidade de reabrir o debate sobre o tema. Reconheceu a importância desse assunto para discussão e a relevância de posicionar-se politicamente a respeito. Mencionou, todavia, o número reduzido de participantes, tanto presencialmente quanto virtualmente, na audiência, enfatizando a necessidade contínua de discutir o tema. Observou que a concessão da Usina do Gasômetro pode ser prejudicada devido à ausência de controle sobre o espaço, que ainda é de propriedade da União, apesar de estar cedido ao município de Porto Alegre. Reafirmou a importância histórica e cultural da Usina, tombada como patrimônio histórico-cultural, com destaque para sua transformação em centro cultural. Mencionou que vê como uma contradição conceder um espaço cultural que recebeu investimentos significativos do Poder Público, ressaltando-se a importância de mantê-lo acessível à sociedade. Questionou a proposta de transformar a Usina em um espaço com características de *shopping*, o que entendeu como uma contraposição ao seu potencial como local para eventos culturais importantes. Opinou, por fim, que entende que espaços públicos revitalizados devem permanecer sob controle público, destacando a importância de abrir esses locais para uso da sociedade. Citou o exemplo das dificuldades em encontrar um auditório para realização de ensaios do evento da via sacra. Propôs a realização de uma pesquisa ou consulta pública para identificar as necessidades e preferências da comunidade em relação ao uso da Usina do Gasômetro. Encerrou o discurso agradecendo pelo espaço e reiterando a importância de refazer a audiência pública para possibilitar um debate mais amplo e inclusivo sobre o assunto.

O Vereador Jonas Reis (PT) iniciou sua fala expressando preocupação com a ausência de chamadas para participação na audiência pública. Em seguida, fez críticas à proposta de transformar a Usina do Gasômetro em um *shopping center* ou espaço gastronômico, enfatizando a importância de preservar e promover a cultura. Mencionou que espaços culturais importantes, como o Araújo Vianna, tornaram-se elitizados com acesso restrito mediante pagamento. Criticou a falta de investimento significativo em cultura, evidenciada pelo baixo percentual do orçamento destinado a essa área. Questionou ainda as consequências da concessão da Usina do Gasômetro, alertando para a possibilidade de elitização do espaço e falta de transparência sobre questões como segurança. Exemplos de descaso com outros setores, como educação e saúde, foram citados para ilustrar a priorização de projetos como a concessão da Usina do Gasômetro em detrimento de necessidades básicas da população. Criticou a falta de acessibilidade e democracia na realização da audiência pública, sugerindo que há uma busca por restringir a participação da população. Por fim, opôs-se à tendência de transformar espaços culturais públicos em locais elitizados, excluindo aqueles que não têm condições financeiras de participar. Nesse sentido, acusou o projeto de favorecer apenas uma parcela da população, enquanto marginaliza as periferias e ameaça a democratização do acesso à cultura. Por fim, destacou a falta de investimento em espaços culturais nas periferias e a falta de compromisso do governo com a promoção da cultura para todos.

Daniel Gomes, representante do Comitê de Luta pela Cultura, iniciou sua fala se opondo ao que descreveu como um projeto pronto sobre um dos maiores patrimônios do Estado, apresentado sem a possibilidade de contestação. Mencionou que durante a consulta pública, houve vários apontamentos contraditórios à concessão da Usina do Gasômetro, mas em nenhum momento foi aberta a possibilidade de discuti-los. Destacou que a Usina era gerida pela administração pública, com foco na cultura popular da cidade, e agora vê-se um modelo que reserva apenas dez atividades anuais para a administração municipal, deixando o restante para o setor privado. Questionou como os grupos populares e comunitários, assim como os grupos teatrais, poderão fazer uso de uma Usina que será gerida como um negócio. Destacou que o

modelo proposto é semelhante ao do Araújo Vianna e do Cais Embarcadero, voltado para o mercado em vez de servir à sociedade. Mencionou que discorda de cobranças adicionais frente ao custo da obra, mais de 20 milhões, e as contrapartidas anuais de 4 milhões da Prefeitura. Frente ao panorama levantado, questionou quais serão os casos em que haverá cobrança e se será cobrado aluguel para grupos teatrais ou para eventos de artesanato em um espaço público. Além disso, destacou que o projeto prevê uma concessão de 20 anos, impedindo os próximos quatro governos de gerir a Usina. Destacou que o projeto não prevê o retorno da Usina das Artes para sua casa original, o Gasômetro. Ponderou que se o governo não consegue gerir a Usina do Gasômetro, deveria federalizá-la em vez de privatizá-la. Por fim, evidenciou, em nome do Comitê Popular de Luta pela Cultura e pela Rede Reserva POA, que lutarão até o fim contra o projeto.

Felisberto Seabra Luisi, conselheiro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, iniciou mencionando sua experiência como vice-presidente da Associação dos Amigos da Usina do Gasômetro. Relatou ter visto comentários sobre a Usina não ser utilizada e destacou que deveriam buscar no Orçamento Participativo sobre os recursos direcionados ao Teatro Elis Regina. Discordou da visão que enxerga como modernidade a entrega do que é público para o privado. Enfatizou a necessidade de o governo ter capacidade para gerir o bem público. Por fim, agradeceu pela oportunidade de fazer as considerações.

Nelson Guimarães destacou que sua principal preocupação é com a continuidade de um projeto administrativo que se estende por 20 anos em Porto Alegre. Destacou ainda a falta de acesso à cultura para as populações periféricas. O palestrante mencionou que considera vergonhoso o fato de uma estrutura histórica, que já foi palco de diversos eventos, transformar-se em algo semelhante a um *shopping center*, inacessível para quem não tem recursos. Lamentou o que julgou ser a degradação da cultura na cidade e criticou a falta de divulgação da audiência pública, comparando-a à falta de transparência que ocorreu com o Plano Diretor. Por fim, destacou a importância da manifestação pública e expressou indignação com a proposta do executivo municipal e seus aliados. Concluiu ressaltando a necessidade de transparência e divulgação adequada das decisões do Poder Público.

Rosarino Melo iniciou destacando que a SP Parcerias atua para estabelecer parcerias com o setor privado. Mencionou que a privatização, concessão, desestatização são formas de transferir o patrimônio público para terceiros. Salientou que, ao analisar o Edital, foram identificados erros primários, semelhantes aos observados no Projeto da PPP do Parque Redenção. Mencionou que o documento ainda está em estágio inicial e apresenta erros que sequer foram corrigidos por alguém familiarizado com a cidade. À título ilustrativo, citou a Sala Paulo Fontoura Gastal, inaugurada em 1996 durante a gestão do Raul e fechada durante a administração do governo Mello. Destacou que esses elementos não constam nos documentos, o que é preocupante. Por fim, considerou que enxerga como necessário revisar a audiência pública devido às más condições climáticas e dificuldades de acesso aos sistemas. Finalizou com um apelo para que a audiência seja refeita em melhores condições, permitindo o acesso da população interessada.

Em seguida, o Secretário Adjunto Jorge Murgas fez a leitura das dúvidas do repórter do Sul 21, Luciano Moraes, enviadas por escrito de forma virtual. Luciano Moraes questionou a abordagem da Prefeitura para que a concorrência seja de fato atrativa, atraindo mais de um interessado, diferente de outras experiências, como o Carris e concessões do governo estadual.

Finalizadas as contribuições, a Secretária Ana Pellini deu início às respostas.

A Secretária pontuou que a maioria das manifestações foram sobre o conceito e a forma de gestão proposta: a parceria público-privada. Nesse sentido, mencionou que a questão que poderia ser respondida de imediato eram as questões levantadas pelo Vereador Aldacir Oliboni (PT) sobre a matrícula do imóvel. Destacou que, embora o imóvel pertença, de fato, ao Governo Federal, na matrícula consta um termo de permissão de uso para o Município, sem data definida. Além disso, mencionou que o Prefeito está empenhado na doação do imóvel para o Município e várias tratativas já foram realizadas, incluindo a obtenção de um laudo da chaminé. Evidenciou que, embora não seja um processo rápido devido à natureza e importância do imóvel, estão sendo cumpridas várias formalidades. Salientou, todavia, que o Município já possui a permissão de uso registrado na matrícula do imóvel por tempo indeterminado. Com relação ao número de interessados, destacou que há um empenho para tornar o projeto mais atrativo para os interessados, incentivando sugestões e promovendo uma ampla divulgação para garantir uma disputa durante a licitação. Mencionou que uma sugestão que pode ser considerada é a inclusão de mais datas para destinação do uso do imóvel pela prefeitura, como, por exemplo, em janeiro e fevereiro.

Em seguida, o Secretário André Flores aproveitou o momento para abordar questões relacionadas à infraestrutura, mencionou que há a estrutura e todas as condições para seja instalada a sala de cinema, inclusive em mais de um lugar da Usina.

O Secretário Henry destacou que a antiga sala da Usina do Gasômetro, a PF Gastal, tinha uma capacidade reduzida e não possuía climatização adequada, sendo adaptada para diferentes usos, como cinema, embora não fosse ideal para projeções. Registrou que agora, nas novas salas, há a possibilidade de ter duas salas com capacidade quase quatro vezes maior do que a PF Gastal, mantendo o mesmo nome como uma homenagem, pois entende que é um registro importante. Também mencionou o projeto Usina das Artes, destacando que os grupos, por meio de edital, ocupam o Casa de Descentralização da Cultura, e continuam ativos. O Secretário abordou algumas questões relativas às datas do Araújo Vianna. Além disso, mencionou que cerca de um terço da Usina do Gasômetro era dedicada a atividades administrativas e para alguns grupos, não sendo de livre acesso à população. Mencionou também a questão da antiga laje do pôr do sol, que teve que ser isolada devido a problemas estruturais, o que influenciou o projeto de readaptação para garantir o acesso público.

A respeito da laje do pôr do sol, o Secretário André Flores ressaltou uma curiosidade. Originalmente, sua altura era muito baixa, não atendendo às normas de segurança que exigem uma altura mínima de 1,2m. Isso levou a adaptações e qualificações do espaço para garantir seu uso universal, incluindo medidas de segurança para proteger os frequentadores. No entanto, todas essas adaptações acarretam custos de manutenção significativos, especialmente em relação ao elevador. Anteriormente, a Usina possuía apenas um elevador em funcionamento, cuja manutenção era desafiadora devido aos custos.

Em resposta a Rosalino, que questionou sobre a necessidade de geradores na Usina, o Secretário André Flores informou que não há necessidade. Após a reforma elétrica, a capacidade elétrica da Usina foi ampliada, eliminando a necessidade de geradores permanentes. Isso também está alinhado ao compromisso da prefeitura de Porto Alegre com a redução das emissões de carbono, na COP.

Por fim, a Secretária Ana Pellini, em resposta ao Vereador Jonas Reis e ao conselheiro Felisberto, esclareceu que as responsabilidades sobre limpeza e zeladoria estão atribuídas ao parceiro privado. A Secretária destacou a importância de manter o local em condições ideais,

ênfatizando que qualquer problema, como vandalismo, será corrigido pelo parceiro privado. A Secretária também abordou a questão do envolvimento da sociedade civil, mencionando a possibilidade de associaes contribuir com sugestões para a política de gestão do espaço. Ana Pellini ressaltou a decisão de envolver o poder público na supervisão e fiscalizao. Por fim, agradeceu a presença de todos e expressou o desejo de uma cidade cada vez melhor.

4.4. Encerramento

Encerrada a sessão de perguntas e respostas, a sessão foi encaminhada para o encerramento.